



Educação Inclusiva na Rede Pública de Ensino no Brasil: Desafios e Perspectivas de Implementação. Uma Análise sob a Perspectiva da LDB, BNCC, LBI e Declaração de Salamanca

Inclusive Education in the Public Education System in Brazil: Challenges and Implementation Perspectives. An Analysis from the Perspective of the LDB, BNCC, LBI, and the Salamanca Declaration

Ana Luíza Fuchs Vilefort Carvalho

Carla Daniella de Oliveira Pereira

Natália Rodrigues Costa Neves

Resumo: A educação inclusiva anda a passos lentos, principalmente nas escolas públicas do Brasil. Se por um lado a busca por diagnósticos tem sido mais frequente, por outro ainda há uma defasagem perceptível nas ferramentas para que escolas públicas lidem com esses alunos - inclusive quando se trata da formação de profissionais qualificados para lidar com essa demanda. Entender a diferença entre Educação Inclusiva e Educação Especial, analisar os ganhos que a primeira traz a toda a comunidade escolar e pensar políticas públicas que amenizem os desafios é de extrema importância para uma discussão ampla do tema. Segundo Vygotsky (1984), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e culturais. Para tanto, é necessário amplificar o debate, envolvendo todo o corpo docente e demais funcionários, bem como os alunos e suas famílias, entendendo que a Educação Inclusiva não se restringe apenas àqueles com necessidades especiais ou dificuldades: ela inclui a todos, e faz com que todos tenham um olhar mais atento a questões sociais e políticas, construindo assim uma sociedade mais empática e concretizando a fala freireana de que "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão" (Freire, 1987, p. 78).

Palavras-chave: educação inclusiva; escola pública; leis e diretrizes; BNCC; LBI; AEE; adaptação curricular; Paulo Freire; formação continuada.

Abstract: Inclusive education is progressing slowly, especially in Brazilian public schools. While the search for diagnoses has become more frequent, there is still a noticeable gap in the tools available for public schools to deal with these students – including when it comes to training qualified professionals to handle this demand. Understanding the difference between Inclusive Education and Special Education, analyzing the gains that the first one brings to the entire school community, and considering public policies that mitigate the challenges is extremely important for a broad discussion of the topic. According to Vygotsky (1984), cognitive development occurs through social and cultural interactions. Therefore, it is necessary to broaden the debate, involving all teachers and other members of the staff, as well as students and their families, understanding that Inclusive Education is not restricted only to those with special needs or difficulties: it includes everyone, and makes everyone pay closer attention to social and political issues, thus building a more empathetic society and realizing Freire's statement that "No one educates anyone, no one educates themselves alone, men educate themselves in communion" (Freire, 1987, p. 78).

Keywords: inclusive education; public school; laws and guidelines; BNCC; LBI; AEE; curricular adaptation; Paulo Freire; continuing education.

INTRODUÇÃO

A implementação da educação inclusiva constitui um dos maiores desafios contemporâneos da escola pública brasileira, ao mesmo tempo em que representa uma oportunidade de transformação social. A educação inclusiva no Brasil é um direito assegurado por importantes marcos legais e documentos internacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Declaração de Salamanca. No entanto, apesar dessa ampla base normativa e de sua relevância social, a efetivação desse direito no cotidiano das escolas públicas ainda enfrenta obstáculos substanciais. A discrepância entre o que é previsto em lei e a realidade prática se manifesta na falta de recursos adequados, na insuficiente capacitação dos profissionais e na carência de uma cultura de colaboração entre a equipe escolar. Assim, torna-se essencial analisar criticamente os processos que envolvem a efetivação da educação inclusiva, buscando identificar não apenas os desafios, mas também as oportunidades e as perspectivas que podem transformar o ideal em uma prática efetiva.

Neste estudo, analisa-se de forma crítica os processos que envolvem a efetivação e desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas públicas, considerando os recursos que têm sido mobilizados, as dificuldades recorrentes no cotidiano escolar, as oportunidades que se apresentam para superar tais barreiras e a importância da qualificação e formação continuada dos profissionais. Para tanto, este estudo discute, inicialmente, o panorama legal da inclusão na rede pública, para em seguida, analisar os desafios práticos e as perspectivas de superação, com foco na colaboração entre a equipe escolar e na formação contínua. Serão analisadas as perspectivas legais e pedagógicas que orientam a educação inclusiva no Brasil, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Declaração de Salamanca, além de contar com a sólida fundamentação teórica de pensadores como Paulo Freire (1996). Mais do que compreender tais documentos, busca-se analisar de que forma eles podem, de fato, se traduzir em práticas inclusivas dentro das escolas públicas, onde os desafios cotidianos como a falta de recursos, de formação continuada e de equipes de apoio ainda dificultam a efetivação plena do direito à educação para todos. Assim, será discutido quais são os pilares que devem orientar essas transformações e quais iniciativas podem ser adotadas como ponto de partida para que a inclusão deixe de ser apenas um ideal normativo e se torne realidade concreta no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Pesquisa Bibliográfica e Documental: Revisão de documentos legais e teóricos que fundamentam a educação inclusiva no Brasil, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Declaração de Salamanca (1994).

Revisões de pesquisa, com ênfase nas obras de Paulo Freire (1987), que serviram como principal marco teórico para a análise dos conceitos de diálogo, conscientização e valorização da diversidade no contexto educacional.

Pesquisa de Campo: Realização de uma entrevista semiestruturada com um profissional da educação. O objetivo da entrevista foi complementar a análise documental, buscando obter uma perspectiva prática sobre os desafios e as estratégias de implementação da educação inclusiva no cotidiano da escola. O objetivo da entrevista foi obter uma perspectiva prática sobre os desafios e as estratégias de implementação da educação inclusiva no cotidiano escolar, complementando os dados obtidos na revisão documental.

Os dados coletados, tanto dos documentos quanto da entrevista, foram submetidos à análise de conteúdo. Os temas emergentes foram identificados, permitindo uma análise comparativa entre o que é previsto na legislação e o que se manifesta na prática escolar. A interpretação desses dados buscou aprofundar a compreensão sobre os desafios e as oportunidades para a efetivação da educação inclusiva na rede pública brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceitos e Fundamentos da Educação Inclusiva

No âmbito da educação inclusiva, a educação especial não deve ser compreendida como prática isolada ou substitutiva, mas sim como dimensão complementar que fortalece o direito de todos à escolarização.

O Papel da Escola e a Contribuição de Paulo Freire

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirma o compromisso da escola em garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes com deficiência. Mais do que assegurar a matrícula, cabe às instituições de ensino promover meios que favoreçam o desenvolvimento pleno desses alunos, o que implica em adaptações curriculares, implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e elaboração de planos pedagógicos individuais.

A inclusão ultrapassa a mera adaptação física de espaços, como rampas e banheiros acessíveis, pois exige uma profunda mudança na cultura escolar, nas concepções e nas práticas pedagógicas. Essa responsabilidade não deve ser transferida ao setor da saúde, mas permanecer no âmbito educacional, o que pressupõe a construção de equipes de apoio especializadas, compostas por instrutores, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para estudantes com surdo-cegueira, além de monitores e cuidadores responsáveis por auxiliar em atividades de vida diária.

A compreensão de que a educação inclusiva não se restringe às pessoas com deficiência amplia significativamente o debate sobre a função social da escola. Grupos historicamente marginalizados, como estudantes em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a minorias étnicas, comunidades indígenas, quilombolas, imigrantes ou mesmo aqueles que apresentam diferenças culturais e linguísticas, também devem ser contemplados nas práticas inclusivas.

Ao adotar uma perspectiva inclusiva, a escola compromete-se com a promoção da equidade, entendendo que a diversidade é constitutiva do espaço escolar e que cada estudante, em sua singularidade, deve ter garantido o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno, assim como apoio social coletivo, que envolve a participação ativa de toda a comunidade escolar. Além disso, ao se adotar a perspectiva inclusiva, a escola possibilita o fortalecimento da cidadania e do senso de pertencimento entre os estudantes. Quando todos os grupos sociais se reconhecem como parte integrante da instituição, o ambiente educacional torna-se mais democrático, solidário e preparado para enfrentar os desafios dos dias atuais.

Contribuição de Paulo Freire para a Implementação de Educação Inclusiva

A contribuição de Paulo Freire (1996) para a educação inclusiva é fundamental e se manifesta em seus conceitos-chave, que defendem uma educação que reconhece e valoriza a diversidade como um elemento central do processo de ensino-aprendizagem. Freire propôs a educação como um ato de libertação e conscientização, em oposição à “educação bancária”, onde o professor apenas deposita conhecimento nos alunos, que são vistos como recipientes vazios.

Nessa perspectiva, o estudante é um ser ativo, capaz de refletir criticamente sobre sua realidade e transformá-la. Para a educação inclusiva, isso significa que a aprendizagem não pode ser passiva; ela deve capacitar o aluno a superar as barreiras sociais e educacionais que o excluem. A pedagogia de Freire se baseia no diálogo entre professor e aluno, rompendo com a hierarquia tradicional. O professor aprende com o aluno, e o aluno aprende com o professor.

Na educação inclusiva, essa abordagem é essencial, pois o professor precisa entender a realidade, as necessidades e os saberes de cada aluno, especialmente daqueles que vêm de contextos marginalizados ou com necessidades específicas. O diálogo permite que o processo de ensino seja adaptado e relevante para todos. Para Freire (1987), o ponto de partida do processo educativo é o conhecimento

prévio dos alunos, sua cultura e suas experiências de vida. Ignorar a bagagem que o aluno traz consigo é, na visão dele, um ato de opressão.

A educação inclusiva se apropria dessa ideia ao reconhecer que cada aluno, independentemente de sua condição, possui saberes valiosos que devem ser integrados ao currículo. Isso não apenas torna a aprendizagem mais significativa, mas também fortalece a autoestima do estudante. Por fim, Freire (1987) defendia que a educação deve estar intrinsecamente ligada à vida e à realidade do aluno. A educação inclusiva, ao adotar essa perspectiva, entende que a escola deve refletir a diversidade da sociedade, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e participativos, capazes de lutar por seus direitos e pela igualdade.

O entendimento de que a educação é um direito de todos, e de que todo ser humano é capaz de aprender e ter consciência da própria aprendizagem, ainda que nem todo processo seja o mesmo, é essencial para a elaboração de um plano pedagógico inclusivo. A escola do século XXI aponta para uma sociedade diversa, uma educação que alcance os estudantes dentro de suas especificidades, e sofra impactos das transformações sociais, tais como a educação inclusiva, como constatado no artigo “A Escola Contemporânea Diante do Fracasso Escolar” (Rev. Psicopedagoga. vol.26 no.81 São Paulo, 2009). Sendo assim, a comunidade escolar como um todo obtém ganhos a partir de uma escola cuja proposta pedagógica que tenha como objetivo adotar uma educação que dialogue com o conceito de Freire e se baseia no diálogo e na percepção do próprio aluno como parte de uma estrutura social e política, que pode reproduzir violências e exclusões ou agir de modo a mudar a realidade posta.

Segundo Vygotsky (1984), o ser humano é um ser histórico-social, cuja formação está diretamente relacionada às experiências e interações sociais. Desta forma, uma experiência escolar que favoreça o contato com os mais diversos tipos de pessoas e suas particularidades, prepara o aluno para a convivência em sociedade como cidadão ativo, capaz de apontar por exemplo falhas de acessibilidade, usando sua voz e sua cidadania em favor do todo. Afinal a escola ainda representa, na contemporaneidade, um papel central na vida das pessoas.

Desafios e Oportunidades na Prática Escolar

A educação inclusiva é um modelo educacional que busca garantir a todos os alunos, independentemente de suas diferenças (físicas, intelectuais, sociais, emocionais, etc.), o acesso e a permanência na escola regular, com a oportunidade de participar e aprender junto com os colegas. Ela se opõe ao modelo de integração, que apenas coloca o aluno em um ambiente comum sem promover as adaptações necessárias. Em vez disso, a inclusão defende a ideia de que a escola precisa se transformar para atender à diversidade, e não o contrário. Em entrevista realizada com a coordenadora pedagógica da Escola Municipal Amílcar Martins, localizada na regional norte em Belo Horizonte, isso pode ser confirmado. A escola tem um projeto de inclusão importante, que vai desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental II, e quando perguntada sobre Educação Inclusiva, a resposta foi incisiva:

A educação inclusiva hoje é mais do que uma proposta pedagógica — é um compromisso ético e social. Não se trata apenas de colocar estudantes com deficiência ou necessidades específicas dentro da sala regular, mas de garantir que TODOS aprendam com dignidade, apoio e pertencimento. Não podemos ser excludentes com currículos engessados, falta de formação docente, ausência de recursos e atitudes capacitistas disfarçadas de “boas intenções”. Inclusão não é tolerância, é participação plena. Não é “ajuda”, é direito. A EMPAM é uma escola inclusiva porque garante acessibilidade pedagógica, promove diálogo com as famílias e flexibiliza o ensino. Aqui, o aluno não precisa se encaixar: nós é que nos reorganizamos para caber todo mundo (Entrevistada 1).

A partir dessa fala é possível perceber que a visão da educação inclusiva como algo mais abrangente do que matricular alunos com necessidades especiais é fundamental para o sucesso do projeto político-pedagógico das escolas públicas no Brasil.

O principal desafio da educação inclusiva é mudar a cultura escolar, superando preconceitos e a visão de que a educação especial deve ser segregada. Quando perguntada sobre tais desafios, a fala da Coordenadora Pedagógica da EMPAM não destoia dessa percepção:

[...] A vontade de acolher é real, porém há barreiras financeiras (como a falta do elevador), sociais (quando a criança continua invisível mesmo estando presente) e pedagógicas (formação e tempo para planejamento). Existem preconceitos silenciosos, comentários que isolam e brincadeiras que ferem. A inclusão precisa acontecer também nos corredores e recreios (Entrevistada 1).

Os desafios, portanto, vão além do interior da escola, expandindo-se para a parte estrutural de seu entorno, viabilizando acesso físico para estudantes e famílias com dificuldade de mobilidade, bem como educando as famílias tidas como “típicas” para a importância de uma convivência diversa no ambiente escolar. Por mais que seja muito bonito na teoria, a prática pode ser muito desafiadora, principalmente por se tratar de muitas pessoas com realidades tão diferentes. Outra dificuldade é a falta de preparo e sobrecarga docente, como ressaltado nessa fala:

A implantação da Educação Inclusiva na EMPAM ocorreu sem a devida preparação dos professores, o que comprometeu a eficácia dessa política. Não houve formação inicial adequada nem profissionais qualificados para coordenar o novo modelo. Isso dificultou o acolhimento e o direito à educação de qualidade. Somente depois de um tempo, a escola passou a oferecer formações e adequações, mas ainda há resistência e sobrecarga docente, especialmente no 2º Ciclo (6º ao 9º Ano) (Entrevistada 1).

Contudo, os benefícios são imensos: para os alunos com deficiência, ela promove a autonomia, a socialização e um desenvolvimento mais completo; e para os alunos sem deficiência, ela estimula a empatia, o respeito e a valorização das diferenças, preparando-os para viver em uma sociedade mais diversa. Em essência, a educação inclusiva não é apenas uma modalidade de ensino, mas uma filosofia que busca construir uma sociedade mais justa e equitativa, começando pela sala de aula.

Para combater os desafios, é fundamental conhecê-los. Entre os desafios citados na entrevista, alguns chamam mais atenção:

A gestão enfrenta desafios complexos e interligados: limitação de recursos financeiros, evasão escolar, metodologias desatualizadas, falta de formação continuada e desmotivação. Também há burocracia excessiva e dificuldade no acompanhamento individualizado dos alunos (Entrevistada 1).

A diversidade é promotora de um processo de ensino-aprendizagem completo, e o contato com diferentes grupos contribui para o desenvolvimento pleno dos estudantes que precisam de atendimento especial.

Ainda sobre as dificuldades e oportunidades que surgem a partir da implementação da educação inclusiva na rede pública de ensino, as professoras das escolas Escola Estadual Ensino Médio Prof. Renato José da Costa Pacheco e Escola Estadual Murgu Hibrain Sarah, Aline Berbert Lauar e Rosilaid Lucas Maciel Ferreira, também responderam às perguntas da entrevista. Quando questionada sobre qual a maior barreira para seguir com a implementação, Aline (professora de Português) respondeu:

Aline Berbert Lauar:

“Certamente as barreiras sociais são mais complexas e maiores do que as financeiras.” Sobre os recursos disponibilizados, ela continua:

Temos espaço, temos profissionais, falta treinamento, falta tempo para criar estratégias e falta empatia, muitas vezes. [...] O Estado proporciona formação continuada, contudo, nem todos os professores fazem e mesmo que façam, o conhecimento é bastante raso. Até mesmo os profissionais especialistas apresentam dificuldades de formação.

Mesmo com as dificuldades relatadas, no entanto, Aline destaca que acredita que a inclusão gera sim oportunidades para toda a comunidade escolar: “Sim, porque aprende-se a conviver, a respeitar, a olhar o outro com empatia, a incluir.... Tudo isso faz parte da formação que a escola deve oferecer aos alunos.”

Rosilaid também aponta desafios quanto à mudança na cultura escolar e dentro das próprias famílias.

Rosilaid Lucas Maciel Ferreira:

[...] em alguns casos como por exemplo o TOD que se refere ao Transtorno Opositor-Desafiador é um desafio muito grande

para as famílias e para a escola, pois o aluno costuma ter um comportamento desafiador e agressivo, tem dificuldades em aceitar a autoridade dos pais e professores. Temos um caso assim na escola e é um desafio muito grande. Nos outros casos eu acho que os alunos se relacionam de maneira positiva.

No caso específico citado, nota-se falta de preparo dos próprios profissionais sobre como lidar com o Transtorno. Ora, se é notado um problema que se repete em casa e na escola, a solução não pode ser “abandonar” a criança à própria sorte, e sim que haja tempo hábil para entendimento e preparo de ferramentas que ajudem ambos os ambientes a se tornarem mais acolhedores. Ainda assim, Rosilaid destaca as dificuldades com relação aos recursos:

Infelizmente a escola não fornece todo o material necessário ao aluno, a escola contrata um professor de apoio em alguns casos, o professor faz a adaptação de atividades e avaliações, a direção recebe recursos para mudar na infraestrutura criando rampas, corrimão e outros, mesmo assim há recursos que faltam, por exemplo: tenho uma aluna do segundo ano do ensino médio deficiente visual ela não tem direito ao professor de apoio e nem mesmo materiais em braile.

A resposta da professora de História quando questionada sobre qual o maior desafio reflete ainda uma outra parte do problema: toda a comunidade escolar deveria estar envolvida no processo de inclusão.

Rosilaid Lucas Maciel Ferreira:

A resistência familiar imagino que seja um dos maiores desafios, alguns pais não aceitam que seu filho precisa de um cuidado especializado e outros pais preferem deixar o que é de sua responsabilidade transferindo-a para a escola.

Se a inclusão parte da educação, é importante ouvir os profissionais que lidam diretamente com esses alunos e suas famílias. Os professores e profissionais de apoio são a linha de frente no enfrentamento à segregação de alunos com necessidades especiais. Para tanto, é essencial conhecer os desafios a fim de conseguir superá-los.

Entre os principais desafios estão:

- Falta de recursos e tecnologia assistiva: Muitas escolas não têm adaptações adequadas, o que resulta na exclusão de estudantes com necessidades especiais do processo de aprendizagem, impedindo-os de atingir seu potencial máximo.
- Falta de capacitação: A resistência de professores e gestores escolares em implementar mudanças também é um obstáculo. A falta de capacitação e sensibilização sobre a importância da educação inclusiva impede a adoção de práticas que poderiam beneficiar todos os alunos.

Pilares e Práticas para uma Educação Inclusiva de Qualidade

A educação inclusiva se baseia em cinco pilares principais:

- Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.
- Toda pessoa aprende de forma singular.
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos.
- A educação inclusiva diz respeito a todos.

Para alcançar uma educação inclusiva plena, é necessário ir além do conhecimento dos desafios e adotar práticas que contornem essas barreiras. Algumas práticas incluem:

- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dentro da sala de aula.
- Capacitar educadores e coordenadores de sua escola.
- Focar nas competências dos estudantes, e não nas suas dificuldades.

A educação inclusiva de qualidade é crucial para formar cidadãos preparados para a cidadania e o mercado de trabalho. A inclusão só será plenamente alcançada quando todos tiverem a oportunidade de aprender e se desenvolver, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais. É essencial que a sociedade se una para construir um ambiente educacional mais acessível e igualitário para todos.

Citando o Relatório da UNESCO (1996), realizado de acordo com as teses de diversos pensadores da educação, incluindo Paulo Freire (1996), existem os Pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O relatório em questão foi apresentado como uma espécie de diretriz, mostrando os caminhos a serem seguidos quando se trata da educação dos países membros da ONU, e a implementação da educação inclusiva vai de encontro a estes objetivos:

1. Aprender a conhecer: neste pilar da educação contemporânea, a escola ainda tem como principal objetivo permitir aos alunos o acesso a conteúdo considerados importantes. Para tal, a escola utiliza das tecnologias da informação e comunicação, fazendo com que os alunos aprendam como transformar o acesso a conteúdo em conhecimento. Ora, se trata-se de um pilar mais “técnico”, qual seria então a importância da educação inclusiva? A inclusão acontece quando não existem barreiras comunicativas entre os alunos, tenham eles qualquer tipo de deficiência ou não, permitindo assim o livre acesso de todos ao conhecimento, e preparando-os igualmente para a vida fora do ambiente escolar;
2. Aprender a fazer: aqui o principal papel da escola é preparar o aluno para o mercado de trabalho, simulando atividades do ambiente empresarial como estratégia de capacitação dos mesmos. É assim que a inclusão segue sendo parte importante do preparo para a vida em sociedade: pessoas com deficiência não param de existir após o período escolar. Elas enfrentam o mercado de trabalho, e ocupam inclusive vagas

- especialmente reservadas a elas, como parte dos direitos por elas adquiridos ao longo dos anos. Um aluno, mesmo que sem deficiência ou dificuldade alguma, que cresce rodeado por um ambiente inclusivo, não tem dificuldades de lidar com os desafios que a inclusão pode representar no ambiente corporativo.
3. Aprender a conviver: neste pilar a escola é convocada a justamente ajudar a produzir uma sociedade mais justa e tolerante às diferenças, a partir de discussões e da participação ativa dos estudantes e de toda a comunidade escolar no projeto político-pedagógico. Apesar da clara alusão à inclusão e à aceitação da diversidade, ainda se faz importante ressaltar a menção de uma educação inclusiva como parte primordial de uma sociedade que não apenas tolera, mas abraça as diferenças e sabe lidar com elas.
 4. Aprender a ser: as escolas devem se esforçar para desenvolver não apenas intelectualmente seus alunos, mas também afetiva e emocionalmente. Os estudantes buscam o autoconhecimento, a autodisciplina e a inteligência emocional como parte do processo de aprendizagem, preparando-os para o futuro como pessoas tolerantes e hábeis a viver em sociedade. A inclusão, neste caso, é intrínseca. O sujeito que passa a conseguir se autorregular a partir da própria inteligência emocional, consegue conviver com as diferenças e compreender os seus limites, bem como os limites físicos, sociais, econômicos, intelectuais e emocionais de todos à sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um prefácio escrito para uma edição de *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1987), o Professor Ernani Maria Fiori ressaltava que: “[...] a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes [...] A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação.” Tendo em vista esta reflexão, a implementação da Educação Inclusiva é um caminho potencial para fazer florescer uma prática pedagógica que liberta em vez de dominar. Os desafios são inegáveis, principalmente quando se trata da educação pública no Brasil, onde a demanda é grande e os recursos são, muitas vezes, escassos. Mas os benefícios se expandem para além dos muros da escola, chegando até as famílias de alunos “típicos”, que terão a oportunidade de aprender a conviver com as diferenças e individualidades, tornando-os cidadãos melhores para o mundo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de educação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 4 mar. 2026.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. Curitiba: IBPEX, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

PUCRS ONLINE. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://online.pucrs.br>. Acesso em: 4 mar. 2026.

REVISTA PSICOPEDAGOGIA. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v. 26, n. 81, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da Educação para Todos: superar a desigualdade – por que a governança é importante**. Paris: UNESCO, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.